

# A condição feminina e suas historicidades

## Ao Sul do Corpo. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil-Colônia

DEL PRIORE, Mary.

Rio de Janeiro: Edunb/José Olympo, 1993.

O livro da historiadora Mary Del Priore vem somar-se à vasta bibliografia sobre história da família e das mulheres acumulada, de vinte anos para cá, tanto no Brasil como na Europa e nos Estados Unidos. Condensa, ao longo de mais de trezentas páginas, informações interessantes, tiradas de documentação original, amplas citações bibliográficas e uma diversidade de pontos de vista sobre as mais variadas questões relativas à maternidade e ao corpo feminino no Brasil colonial.

Folheando o livro, o(a) leitor(a) terá acesso a uma gama ampla de pormenores os mais variados sobre costumes sexuais, práticas, discursos, imagens, como esclarece a autora na introdução. Ficarão sabendo de variantes do *coitus interruptus* praticado na Colônia, poderá julgar tanto das posições mais ortodoxas do fazer amor nos séculos passados, como das menos recomendadas pela Igreja. Terá acesso a segredos de alcova paulista do século XVIII. Saberá que Angélica Maria da Assunção apesar de grávida foi agredida com pancadas na barriga por seu marido que a forçou em seguida a ir lavar roupas no rio Tietê (p. 63); que a mulher doente e com febre tinha direito a esquivar-se dos deveres de esposa, porém não assim se tivesse apenas dor de dente ou enxaqueca (p. 148); que a poluição do homem provocada por meros pensamentos ou fantasias não era pecado (p. 150), mas que mesmo entre casados o sexo que não se destinava à procriação era proibido...

No confessionalário de Frei Francisco Larraga sondavam-se as mais pertinentes nuances do

desejo e das carícias, desde as mais diretas nas genitálias às mais inocentes, norteadas pelas comoções do tato que "resultaria de tocar uma coisa suave, como um tafetá ou veludo" (p. 146). As mulheres eram valorizadas pela sua capacidade de procriar (p. 158), de modo que, mesmo nas relações de concubinatos, eram muitas vezes abandonadas sob acusação de inférteis ou infecundas. Contra o "amor insano" se recomendava passar uma erva conhecida como morvão ou tintura de antimônio nas partes sexuais (p. 161). O leitor terá outrossim acesso a toda sorte de receitas sobre males e infecções da madre, doenças venéreas ou rezinhas para conquistar marido.

Trata-se de livro informativo, interessante e que certamente terá um amplo público leitor, sem dúvida muito útil pela imensa diversidade de dados e de citações de documentos e de bibliografia que reúne. É, no entanto, de lamentar que não seja um livro escrito de um ponto de vista crítico e interpretativo. Apesar do imenso fôlego da pesquisa, ressentem-se, de forma drástica, da falta de diálogo da historiadora com suas fontes de um lado e com a própria bibliografia feminista de outro.

A pouca interação crítica com as fontes prejudica muito o valor acadêmico deste trabalho. As fontes mais diversas foram consultadas e são devidamente citadas, porém sem a elaboração das mediações que permitam a sua contextualização na época precisa a que se referem, como a própria autora admite na introdução. A perspectiva crítica deixa a desejar, assim como um levantamento de problemas a partir de um ponto de vista mais contemporâneo em mais engajados sobre questões tão candentes como a da maternidade, do corpo e da sexualidade das mulheres. Faltam a indagação inquietada, as problematizações da atualidade e o enfoque da historiadora a partir de um ponto de inserção mais preciso na sua atualidade a fim de vencer a distância e aprovel-

tar melhor o convívio das fontes para um diálogo mais produtivo e mais preciso no tempo e no espaço. Não falta a paixão dos arquivos, porém esta vem justamente prejudicar o ofício da historiadora, que se deixa levar pelos documentos, empolgada com o que dizem de modo que não os contesta, nem contextualiza. Pelo contrário, abandona-se a uma leitura passiva, a ponto de reproduzir em seu livro a forma do conhecimento enciclopédico do século XVIII. Resulta um trabalho mal construído portomar antes a forma de um saber cumulativo, erudito, repetitivo, do que de um estudo que problematize perspectivas e problemas a partir da contemporaneidade atribulada em que vivemos. É o que dificulta a leitura tão rica de informações sobre a Ideologia normativa da Igreja e da Medicina acerca da sexualidade, da genitália, do parto, dos abortos.

Ao lançar-se ao estudo da mentalidade colonial sobre a sexualidade feminina e ao estudar a mulher no projeto colonizador da Igreja, a historiadora perde-se em generalidades e deixa de elaborar o próprio pano de fundo do seu trabalho. Atroia dados, informações pontuais e específicas sobre o casamento, a fertilidade, os costumes sexuais, as doenças do útero, porém não os contextualiza devidamente no tempo e no espaço. Na introdução, a autora acena vagamente para um estudo de permanências e da longa duração, porém não se encontra no livro a menor intenção de um estudo estruturalista: a autora não denomina seus signos, nem constrói simetrias. Neste livro, desaparecem os regionalismos do Brasil colonial, nada é adiantado sobre o papel efetivamente exercido pela Igreja no processo de colonização e de povoamento. *Tantas informações tiradas de documentos nos arquivos, tantos dados de bibliografia francesa mais atual sobre o projeto de dominação da Igreja e a domesticação do corpo da mulher - de contextualizados de seu tempo e do meio a que se referiam, de modo que nunca sabemos a que conjuntura específica se referem termos amplamente usados como Renascimento, Idade Moderna, Antigo Regime. As ilustrações que são um dos pontos de grande atração do volume dizem respeito a diferentes épocas da História da Europa, são resultado de uma pesquisa nas coleções das bibliotecas francesas e apesar da dificuldade real de encontrar documentação iconográfica para o Brasil Colonial nada há no texto que justifique a sua presença no livro. Nem um comentário interpretativo, nenhuma tentativa de confronto*

ou de comparação com a iconografia portuguesa. Existem, por outro lado, no correr do trabalho inúmeras menções ao Concílio de Trento e mesmo à "fredentização das mulheres" sem o menor cuidado de analisar as mediações entre o centro de decisões da Igreja em Roma e a sua efetiva implementação na Colônia.

Os documentos e a bibliografia citados no trabalho se referem a um longo lapso de tempo, de três séculos, caracterizados pela historiadora de forma genérica como "a Idade Moderna", sem definir momentos específicos, sem estudar a efetiva presença da Igreja na Colônia e como variava sua influência de capitania a capitania. Qual o alcance efetivo das decisões do Concílio de Trento no litoral do açúcar ou em São Paulo do século XVII ou nas minas do ouro do século XVIII? Como se relacionava a população feminina com os párocos e como tomavam conhecimento das fontes citadas, que se referem muitas vezes à Igreja em França, na Itália, outras a Portugal. Entre a política da Contra-Reforma em Roma, em Paris ou em Lisboa havia imensos abismos de tempo e de eficaz alcance no dia a dia da sociedade. As relações Igreja e Estado passavam em Portugal pelo costume do Padroado, que transformava o clero secular português em uma repartição pública da Coroa. A Igreja no Brasil tinha uma presença mais efetiva nos portos açucareiros do litoral, onde chegava a exercer um papel significativo no mandonismo local das elites, porém já no agreste ou no sertão da Bahia e Pernambuco via-se consideravelmente reduzida em gente e na organização eclesial. Em São Paulo, somente após 1840 é que a Igreja começou a combater a organização solta dos padres que se tinham como funcionários do Império e membros de uma Igreja antes local do que ultramarina, como passaria lentamente a ser no correr do século XIX.

Tudo isto tem importância decisiva na avaliação do alcance de uma política de repressão religiosa sobre costumes sociais e sexuais das mulheres no Brasil-Colônia. As referências ao projeto de colonização da Igreja deixam muito a desejar quanto a sua contextualização na época. Há no livro de Mary Del Priore uma cronologia vaga, que se estende do século XVI ao XVIII como se fosse uma mera questão de Intensidade de atuação evolutiva. Esta linearidade não existiu, nem a política de dominação dos saber da Igreja e da Medicina anclaram no mesmo ritmo, indiferentemente, através dos séculos de colonização. A inserção das mulheres

na sociedade variou drasticamente de região a região da colônia. A repressão da Igreja se faria sentir conforme o processo de consolidação das hegemonias políticas do mandonismo local de modo que muito do que aflora nos processos de divórcio da Mesa Eclesiástica em São Paulo teria de ser lido através justamente dos interesses das elites locais. Há anacronismos no livro de Mary Del Priore, tanto nas referências por demais genéricas ao que era considerado pecado, ao seu papel no processo de construção do homem moderno (cf. Robert Muchembled), como também no que se refere ao saber médico na colônia. Note-se a referência à página 30 ao "médico como criador de conceitos ao mesmo tempo que descobridor de fatos".

Médico antes ou depois da Reforma da Universidade de Coimbra? Em geral nas localidades do Brasil colonial somente passaríamos a realmente impor-se às parteliras e curandeiras locais depois da independência e na medida da fundação das escolas de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. Por outro lado, a construção de comportamentos normativos que realmente interferissem na vida das mulheres dependeria da consolidação do processo de europeização das elites locais das várias regiões do Brasil colonial e a historiadora pouco se ocupa com a sociedade local, que não chega a realmente aparecer no seu livro. O estudo permanece estrutural e pensado "na longa duração", de modo que maternidade e sexualidade seguem parâmetros colhidos na leitura de Michel Vovelle e demais historiadores franceses dos *Annales* sobre mulheres e família na modernidade européia.

Entretanto, a historicidade de um discurso normatizador requer a elaboração da temporalidade de suas mediações sociais. Discurso e sociedade não podem ser desvinculados como se o fato de terem origem no século XVI na Europa ou na corte de D. João III garantissem a sua eficácia na Bahia ou em Pernambuco, ao raiar do século XVII. À página 122, por exemplo, a historiadora passa de uma citação de Fénelon, em 1687, acerca do papel de submissão da mulher ao seu marido no contexto "da Igreja e do Estado modernos". Não remete sequer o leitor à França do século XVII e, ao citar o espanhol Arcenaga, tem em mente a influência salutar ou perniciosa da mulher "na família e na sociedade". Nada sobre a circulação das leituras e do âmbito de alcance dos discursos normatizadores europeus nas várias colônias portuguesas do Brasil nos séculos XVI ao XVIII. A historiadora não julga pertinente questionar a

periodização a que se refere.

Alguns parágrafos adiante arrola três manuais religiosos: *A Perfeita Casada* de João de Barros (1583), o *Espelho dos Casados* de Diogo de Paiva Andrade (1630) e a *Carta de Guiados Casados* de Francisco Manuel de Melo, da segunda metade do século XVIII. Cada um deles circularia em Portugal em contextos históricos diferenciados, se bem que todos chegaram a uma ou outra biblioteca das elites brasileiras. Caberia alguma atenção para o problema da circularidade das leituras, dos textos e da temporalização destes valores importados nos diferentes meios sociais do Brasil-Colônia.

Logo adiante na mesma página 122 a autora escreve: "A mãe passou a ser uma auxiliar do sacerdote e uma representante da legislação". Fato que certamente nos desloca para fins do século XIX em plena transição do Império para a República ou para a década de vinte da República Velha, quando a mulher inserida na vida urbana do Rio de Janeiro, de São Paulo ou Salvador passou a sofrer mais diretamente o impacto da religião católica ultramontana e a assumir os valores de uma cidadania mais atuante de moralização propriamente burguesa. Era o que inexistia na colônia a que se refere o estudo de Mary Del Priore, que extravasa por exemplo, à página 58, os valores da família doméstica burguesa para os inventários paulistas do século XVII, ao atribuir o reconhecimento de filhos bastardos ao início de um "sentimento de privacidade, de valorização da família", que certamente seria difundido entre nós a partir de meados do século XIX, quando a burguesia cafeeira foi importando valores burgueses mais urbanos e europeizados.

Talvez, no contexto de uma resenha na *Revista Estudos Feministas*, seja mais importante assinalar a falta de comprometimento com os estudos propriamente feministas das mulheres que marca o livro em questão. Atualmente no Brasil existe uma pluralidade de direções nos estudos sobre as mulheres e lamentavelmente muitos nada têm a ver com a crítica feminista. Mary Del Priore identifica-se com a valorização da missão biológica da mulher e refere-se mesmo à maternidade como a uma forma de "emancipação biológica", graças à qual as mulheres do Brasil-Colônia enquanto mães, apesar de domesticadas por um discurso normatizador, acabavam colhendo benesses como mulheres casadas e mães. O fato é que, ao voltar-se para a história do discurso normatizador da maternidade e seu impacto sobre práticas tradicionais femininas, a autora

ênfatisa a persistência de uma cultura propriamente feminina, caseira, reclusa e doméstica, que valoriza enquanto resistência das mulheres face ao discurso da Igreja e do Estado. Este aspecto mereceria uma explicitação mais cuidadosa pois remete a uma tendência do feminismo contemporâneo perigosamente reacionária em seu apego ao passado e ao reforço de diferenças biológicas e culturais da mulher enquanto reprodutora. Esta consiste na principal intenção deste livro, que reforça os valores que segregaram a mulher de um convívio social mais igualitário com os homens e enfatiza uma natureza biológica feminina (p. 19). A maternidade seria uma forma de as mulheres exercerem poder e auferirem vantagens na sociedade colonial. Refere-se a historiadora a uma suposta revanche das mulheres que enquanto mães e pois valorizadas como reprodutoras puderam assim garantir ao menos o seu espaço doméstico numa sociedade patriarcal e androcêntrica que as expulsava do espaço público (p. 38, 46, 100, 176 etc).

A Maternidade Como Espaço de Revanche assinala mais uma dentre várias incoerências no modo de pensar a questão das mulheres na sociedade colonial. O fato é que a autora endossa o processo de dominação das mulheres brancas e de elite ao valorizar o casamento e a maternidade de filhos legítimos (p. 100), assim como não hesita em endossar as benesses da medicina acadêmica dos homens contra o primitivismo dos conhecimentos tradicionais das parteiras mulheres (p. 220): "A Igreja, por meio da fé e da piedade cristã, emergia como doutor deste corpo, poderoso por suas gestações mas combatido por seu desgoverno, terminando por salvar a mulher adoentada ao substituir uma cura mágica provida por uma benzedeira, por outra milagrosa feita por Nossa Senhora" (p. 22). À página 140 endossa a autora os argumentos moralistas da Igreja contra o concubinato e o "amor demasiado" e afirma que: "Tornar-se uma santa esposa e mãe permitir-lhe o respeito, a mobilidade social e a segurança tão almejadas pelas populações femininas não integradas nos ditames tridentinos" (p. 141). De forma um tanto confusa, endossa chavões e elege o útero como ponto fulcral de análise da cultura propriamente feminina. Oscila às vezes ao apontar esta cultura tradicional e caseira das mulheres e das vizinhanças a um espaço de solidariedade e de resistência contra o discurso normatizador da Igreja, do Estado e dos médicos. "Entre devassa e santa, a mulher não tem escolha" (p. 188).

Reconhece, entretanto, que a domesticação do útero implicava em negar às mulheres o controle sobre o seu próprio corpo e sobre a sua própria sexualidade (p. 106 e 121). Ao enfatizar a oposição do bem e do mal, na mulher santa ou prostituta, acaba por sobrepor o fenômeno da maternidade ao problema das classes sociais. As mulheres mães seriam valorizadas independentemente de sua cor e da classe social a que pertenciam. "Figura poderosa tornada estereótipo, esta mulher, sendo branca, negra ou mulata, pobre ou rica, detém um enorme patrimônio de poderes informais. O seu avesso, a 'mulher da rua', faz o contraponto necessário para lembrar que uma não existe sem a outra, e que, se por tanto tempo um certo processo de normatização conseguiu distingui-las nos menores detalhes, o ideal é que se reunissem os defeitos e qualidades de ambos os papéis num só" (sic).

Talvez por incoerência ou descuido, a autora dedica seu livro "ao estudo da construção da santa mãezinha como um sólido valor ideológico", acrescentando à página 19: "Mas quero sublinhar: à luz dos valores e dos papéis sociais que existiam então a escolher (sic), a realização do gênero feminino residia apenas e exclusivamente na maternidade".

Ao *Sul do Corpo* descuida-se de elaborar a inserção das temporalidades de classe social no estudo das mulheres na sociedade colonial: "Enquanto mães ideais e em contato com os projetos epistolares nutridos pela Igreja, as mulheres, sem detê-lo diretamente, flutuaram no poder que emanava de tais imagens. A maternidade foi assim o espaço onde mães e mulheres organizaram a sua revanche contra uma sociedade misógina. Foi o nicho onde se abrigaram contra a exploração doméstica e sexual, que se traduzia, no mais das vezes, em humilhações, abandono e violência. Com essas características, a maternidade apagava as diferenças raciais, culturais e econômicas mais candentes. E prestava-se a ser o instrumento de integração do gênero feminino ao projeto colonial" (p. 46). Ignora a maternidade por estupro de muitas mulheres índias, assim como a dificuldade imensa das escravas para se tornarem mães.

Da mesma forma também se descuida a historiadora, ao utilizar amplamente a *hístorigrafia francesa da família e da mulher*, de trabalhar as nuances de sua inserção diferenciada em sociedades muito distintas. Talvez este seja o principal senão deste estudo sem dúvida amplo e informativo: o descuidar-se de inserir o

discurso de gênero na sociedade e um despreparo metodológico que impede a autora de trabalhar a questão do gênero e do discurso normatizador da Igreja em suas temporalidades históricas. Ao deixar de historicizar devidamente os conceitos com os quais lida, resvala para

estereótipos e generalidades que endossa e que não chega nem a desmistificar nem a contextualizar devidamente no tempo e nos regionalismos do Brasil-Colônia.

MARIA ODILA SILVA DIAS ■

## Uma biografia de emoções

### Anna Freud: Uma Biografia

YOUNG-BRUEHL, Elizabeth (tradução de Henrique Araújo Mesquita).

Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

Já em *Agradecimentos e Notas* sobre as fontes, e no primeiro parágrafo da *Introdução*, este belo livro de Elizabeth Young-Bruehl nos dá a essência do que será esse contato com Anna Freud. Em *Notas*, a autora nos assegura que não vamos nos aventurar por mais uma biografia tendenciosa, como as muitas versões sobre Freud, plenas de suposições, rumores, sensacionalismo. A autora estipula normas para aquilo a que vamos ter acesso - correspondência não publicada, o diário de Manna Friedmann, professora da creche de Hampstead que ajudou a cuidar de Anna Freud nos seus últimos anos de vida, entrevistas com contemporâneos de Anna, como Anny Rose Kafan, Jeanne Lampl de Groot, Josefina Stross, Anna e Anton Kris, filhos de Marianne e Ernst Kris - assim como estabelece quais os contatos e entrevistas que não foram utilizados na biografia (por exemplo, as entrevistas com pessoas analisadas por Anna Freud). Tais dados mostram o rigor do trabalho de campo.

O primeiro parágrafo da *Introdução* dá o tom do texto. Introduce a história de Anna Freud com datas, local etc, e nos dá a conhecer uma outra história, aquela contada pela própria Anna, como quando diz que ela e a Psicanálise foram irmãs gêmeas que disputaram a atenção do pai. Os dados biográficos vão sendo tecidos pelo sentido que Anna vai dando a sua vida. Aí parece que a autora faz jus à referência de ter utilizado a Psicanálise como seu método quando da feitura desta "vida e obra".

Tentador seria, sendo a personagem em questão a filha mais nova do pai da Psicanálise, sua sucessora profissional, a filha que com ele

ficou até a velhice, basear sua biografia nessa relação, onde o gênio de Sigmund Freud seria o responsável por todas as vicissitudes da vida de Anna. Também tentadora seria a idéia de se utilizar selvagemmente a Psicanálise, e dar ao leitor uma interpretação de cada esquina da vida de Anna. Mas, o que temos neste livro é a história da jovem caçula de seis filhos, às voltas, não só com o genial pai, mas com a beleza da irmã Sophie, com a distância da mãe Martha, com dificuldades financeiras. Às voltas não só com a análise realizada pelo seu próprio pai - motivo de especulação e sensacionalismo ainda hoje, em plena virada do século - mas também às voltas com seus desejos, suas fantasias, seus ciúmes, suas histórias diurnas, sua "bondade e altruísmo", material de sua análise formal e auto-análise ao longo de sua vida, material este até então disperso nas suas correspondências não publicadas e nos seus artigos psicanalíticos. Heinz Hartmann, na época da discussão sobre a publicação da correspondência de Sigmund Freud com Fliess, dissera que a "história da criação da Psicanálise é, ao mesmo tempo, a história da crise do seu criador". Esta bela biografia de Anna Freud acompanha com clareza suas crises, sua análise e sua criatividade.

Anna Freud nasceu em Viena, em 1895, sexta filha do jovem casal Sigmund e Martha Freud. Apesar de criada por duas mães, Martha e Minna Bernays (irmã de Martha que foi morar com a família quando Anna contava um ano), foi à sua babá católica, Josefina, que Anna se referiu como sua "zeladora primordial", sua "mãe psicológica", "minha velha babá, a relação mais antiga e mais autêntica da minha infância", como escreveu aos 29 anos a um amigo. Foi com Josefina que Anna sentiu-se a favorita, a filha única, tema relevante em toda sua análise, em toda sua vida. O livro caminha pela infância da pequena Anna, contadora de histórias que tanto agradavam ao seu adorado pai.